

**BENEVIDES ÁGUAS S.A. - CNPJ: 15.887.193/0001-11**

Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e 2021			
(Valores expressos em milhares de reais)			
	Notas	31/12/2022	31/12/2021
<b>Ativo</b>			
<b>Ativo circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	3	3.877	4.522
Contas a receber de clientes	4	17.226	657
Estoques	5	11.729	3.071
Impostos a recuperar	6	4.104	1.253
Partes relacionadas		450	-
Outros ativos		1.050	88
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>38.436</b>	<b>9.591</b>
<b>Ativo não circulante</b>			
Depósitos judiciais	6	565	565
Impostos a recuperar	6	3.018	3.653
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	5.870	-
Outros ativos		114	146
Investimentos		2	2
Imobilizado	7	23.518	20.259
Direito de uso	9	12.600	30
Intangível		2	2
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>45.689</b>	<b>24.657</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>84.125</b>	<b>34.248</b>

Passivo e patrimônio líquido			
Passivo circulante			
	Notas	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores	10	30.160	4.678
Empréstimos e financiamentos	11	2.677	2.620
Passivo de arrendamento	9	1.143	28
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		2.699	573
Obrigações tributárias	6	2.260	674
Partes relacionadas		6.500	130
Outros passivos		654	32
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>46.093</b>	<b>8.735</b>
<b>Passivo não circulante</b>			
Empréstimos e financiamentos	11	4.478	7.098
Passivo de arrendamento	9	11.590	-
Provisão para contingências		480	235
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	250
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>16.548</b>	<b>7.583</b>
<b>Patrimônio líquido</b>	12		
Capital social		27.346	27.346
Ajustes de avaliação patrimonial		(409)	-
Reservas de lucros		(5.453)	(9.416)
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>21.484</b>	<b>17.930</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>84.125</b>	<b>34.248</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração de resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021			
(Valores expressos em milhares de reais)			
	Notas	31/12/2022	31/12/2021
Receita operacional líquida		80.950	13.775
Custo de produtos vendidos	13	(67.804)	(13.830)
Lucro bruto		13.146	(55)
Despesas e receitas operacionais			
Despesas gerais e administrativas		(5.047)	(5.432)
Despesas com vendas		(4.702)	(911)
Outras despesas (receitas) operacionais, líquidas		(1.322)	647
		(11.071)	(5.696)
Lucro operacional antes do resultado de equivalências patrimonial e resultado financeiro		2.075	(5.751)
Resultado de equivalência patrimonial		-	-
Lucro antes do resultado financeiro e impostos de renda e contribuição social		2.075	(5.751)
Despesas financeiras		(3.692)	(916)
Receitas financeiras		677	618
Resultado financeiro		(3.015)	(298)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		(940)	(6.049)
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente		(1.217)	-
Diferido		6.120	267
	8	4.903	267
		3.963	(5.782)
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício		24	24
Quantidade de ações no final do exercício		165.125	(240.917)
Lucro líquido (Prejuízo) por ações - em reais		0,15	(0,14)
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			

Demonstração do resultado abrangente			
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais)			
	31/12/2022	31/12/2021	
Lucro líquido do exercício	3.963	(5.782)	
Outros resultados abrangentes a serem reclassificados para o resultado em períodos subsequentes			
Outros resultados abrangentes	409	-	
Resultado abrangente do exercício	4.372	(5.782)	
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			

Demonstração das mutações do patrimônio líquido						
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais)						
	Capital social	Reserva legal	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31/12/2020	27.346	1.006	-	(4.640)	-	23.712
Prejuízo do exercício	-	-	-	(5.782)	-	(5.782)
Absorção de prejuízo com reserva de lucro	-	(1.006)	-	1.006	-	-
Saldos em 31/12/2021	27.346	-	-	(9.416)	-	17.930
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	3.963	3.963
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	(409)	-	-	(409)
Absorção de prej. com lucro líquido do exercício	-	-	-	3.963	(3.963)	-
Saldos em 31/12/2022	27.346	-	(409)	(5.453)	-	21.484
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.						

**Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais)**

**1. Contexto operacional**  
A Benevides Águas S.A. ("Companhia"), constituída como sociedade por ações de capital fechado, tem sua sede localizada na Estrada do Bituba, s/n, Sítio Santo Antônio, cidade de Santa Isabel do Pará, no estado do Pará. A Companhia é controlada pela 4H Participações S.A.

A Companhia tem como principal objeto social o engarrafamento, a comercialização e a distribuição da água mineral "Belágua" e "Crystal" na região norte do país. Seus produtos são comercializados nos estados do Amapá, Roraima, Pará e Maranhão. Em outubro de 2022 passou a distribuir bebidas em geral, notadamente de refrigerantes e produtos confeitados, cervejas e destilados no estado de Roraima.

**2. Principais políticas contábeis**

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPG 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras são apresentadas de forma individuais, pois a controladora já realiza a consolidação das informações financeiras do grupo. Adicionalmente, a Companhia realizou reclassificações nos saldos comparativos de 31 de dezembro de 2021 para fins de adequação de suas políticas contábeis às da nova controladora. As demonstrações financeiras apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram autorizadas para emissão de acordo com a resolução dos membros da Diretoria em 20 de agosto de 2024. **2.1. Conversão de moeda estrangeira** - As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Em todas as informações financeiras apresentadas em reais os valores foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **Transações e saldos** - As transações em moeda estrangeira são contabilizadas utilizando a taxa de câmbio vigente na data da respectiva transação. Os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data do balanço patrimonial. As variações cambiais são reconhecidas na demonstração do resultado quando ocorridas. **2.2. Receita de contrato com cliente** - A NBC TG 47 - Receita de Contrato com Cliente, equivalente ao IFRS 15, estabelece um modelo que evidencia se os critérios para a contabilização foram satisfeitos observando as seguintes etapas: (i) a identificação do contrato com o cliente; (ii) a identificação das obrigações de desempenho; (iii) a determinação do preço da transação; (iv) a alocação do preço da transação; e (v) o reconhecimento da receita mediante o atendimento da obrigação de desempenho. Considerando esses aspectos, as receitas são registradas pelo valor que reflete a expectativa da Companhia recebe pela contrapartida dos produtos oferecidos aos clientes. A receita bruta é apresentada deduzindo os tributos, abatimentos, descontos e devoluções. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita: **Venda de produtos e mercadorias** - A receita de venda de produtos é reconhecida quando for satisfeita a obrigação de desempenho, ou seja, quando houver a transferência física dos produtos vendidos e o cliente obter o controle desses bens, o que, geralmente ocorre no momento da entrega dos produtos. A Companhia considera se há outras promessas no contrato com cliente que são obrigações de desempenho distintas, às quais uma parcela do preço da transação precisaria ser alocada (exemplos dessas obrigações de desempenho distintas seriam garantias, pontos de fidelização do cliente, entre outras, as quais não se aplicam ao modelo de negócios da Companhia). Ao determinar o preço de transação para a venda de produtos a Companhia considera, quando aplicável, os efeitos da contraprestação variável, a existência de componentes de financiamento significativos, a contraprestação não monetária e a contraprestação devida ao cliente. **Contraprestação variável** - *Acréscimos e penalidades por atraso* - A Companhia cobra de seus clientes acréscimos e penalidades por atrasos na liquidação do valor a receber sobre as vendas. Devido ao grau de incerteza no recebimento desses montantes (contraprestação variável), a Companhia reconhece as receitas de acréscimos e penalidades por atraso apenas no momento do recebimento efetivo de tais valores. **Descontos por volume e pontualidade no pagamento** - A Companhia oferece descontos por pontualidade no pagamento e por volume de forma retrospectiva para determinados clientes quando a quantidade de produtos adquiridos durante o exercício excede um limite especificado em contrato. Os descontos são compensados com valores a pagar pelo cliente. Para estimar a contraprestação variável dos descontos futuros esperados, a Companhia aplica o método do valor mais provável para contratos com um limite de volume único, e o método do valor esperado para contratos com mais de um limite de volume e para os contratos que preveem descontos por pontualidade no pagamento. O método selecionado que melhor prediz o montante de contraprestação variável é impulsionado principalmente pelo número de limites de volume constantes do contrato. Em seguida, a Companhia aplica os requisitos sobre estimativas restritivas de contraprestação variável e reconhece uma provisão redutora no contas a receber de clientes para os descontos futuros esperados. **Receita de juros** - Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juro efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou um exercício mais curto, quando aplicável, ou valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica **receita financeira**, na demonstração do resultado. **2.3. Impostos - Imposto de renda e contribuição social - correntes** - Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço. Atualmente, as provisões para imposto de renda e contribuição social foram constituídas às alíquotas de 15%, mais adicional de 10%, e 9%, respectivamente, sobre o lucro contábil, ajustado pelas adições e exclusões admitidas. Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores em contábeis. O imposto diferido da ser refere a diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizados, somente na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizados possam ser utilizados. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que são esperadas a serem aplicáveis no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, baseado nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeita à mesma autoridade tributária. **Impostos sobre vendas** - Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto: • Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; • Contas a receber de clientes e a pagar apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas. O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial. **2.4. Caixa e equivalentes de caixa** - Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata e sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. **2.5. Distribuição de dividendos** - A Companhia reconhece um passivo para pagamento de dividendos quando essa distribuição é autorizada e deixa de ser uma opção da Companhia ou ainda quando previsto em Lei. Conforme a legislação societária vigente, uma distribuição é autorizada quando aprovada pelos acionistas e o montante correspondente é diretamente reconhecido no patrimônio líquido. A legislação societária estabelece ainda o requerimento de pagamento de um dividendo mínimo obrigatório, após efetuados os ajustes ao lucro auferido no exercício e destinação das reservas também previstas no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. **2.6. Ajuste a valor presente de ativos e passivos** - Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. O ajuste a valor presente relativo às operações de compra de matérias primas e outros materiais para produção é registrado na rubrica "Fornecedores" com contrapartida na conta de "Estoques". Sua reversão é registrada no custo dos produtos vendidos de acordo com a venda dos estoques e despesas financeiras com fruição dos prazos de pagamentos com fornecedores. O ajuste a valor presente das operações de venda de produtos tem como contrapartida a rubrica "Contas a receber de clientes". Sua reversão é registrada na rubrica "receitas financeiras", pela fruição de prazo dos recebíveis. **2.7. Imobilizado** - O ativo imobilizado é apresentado ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de operação e manutenção são reconhecidos no demonstrado quando incorridos. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo imobilizado, as taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, estão demonstradas na Nota 9. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. **2.8. Custos de empréstimos** - Os custos de empréstimos diretamente relacionados à aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda, quando aplicável, são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no exercício em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos relativos a empréstimos, financiamentos e debêntures. **2.9. Ativos intangíveis** - Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento, não são capitalizados e é avaliado se o ativo é definitivamente reconhecido no exercício em que for incorrido. A vida útil de ativos intangíveis é avaliada como definida ou indefinida. Os ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O exercício e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no exercício ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo. **2.10. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)** - A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. O seguinte critério é também aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos: Agio pago por expectativa de rentabilidade futura. Teste de perda por redução ao valor recuperável de Agio é feito anualmente ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil, no nível da unidade geradora de caixa. **2.11. Estoques** - Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma: Matérias-primas - custo de aquisição segundo o custo médio.

Revisão e Normas impactadas	Correlação IASB	Data de aprovação (Brasil)	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
<b>Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 19</b>	Annual Improvements to IFRS Standards 2018-2020: Property, Plant and Equipment: Proceeds before Intended Use; Onerous contracts -Costs of Fulfilling a contract; e Reference to the Conceptual Framework	01.10.2021	01.01.2022	Sem impactos relevantes.

A partir de 01 de janeiro de 2023, estão vigentes os seguintes pronunciamentos, os quais não foram adotados antecipadamente pela Companhia: **IFRS 17 - Contratos de Seguro** - O IFRS 17 (equivalente ao CPC 50 Contratos de Seguro) é uma nova norma de contabilidade com alcance para contratos de seguro, abrangendo o reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. O IFRS 17 (CPC 50) substitui o IFRS 4 - Contratos de Seguro (equivalente ao CPC 11). O IFRS 17 (CPC 50) se aplica a todos os tipos de contratos de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como a certas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária; algumas exceções de escopo se aplicam. O objetivo geral do IFRS 17 (CPC 50) é fornecer um modelo de contabilidade abrangente para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para seguradoras, cobrindo todos os aspectos contábeis relevantes. O IFRS 17 (CPC 50) é baseado em um modelo geral, complementado por: • Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (a abordagem de taxa variável). • Uma abordagem simplificada (a abordagem de alocação de prêmios) principalmente para contratos de curta duração. A nova norma não teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. **Definição de Estimativas Contábeis - Alterações ao IAS 8** - As alterações ao IAS 8 (equivalente ao CPC 23 - políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro) esclarecem a distinção entre mudanças em estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erros. Elas também esclarecem como as entidades utilizam técnicas de mensuração e inputs para desenvolver estimativas contábeis. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. **Divulgação de Políticas Contábeis - Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2** - As alterações ao IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações contábeis) e o IFRS Practice Statement 2 fornecem orientação e exemplos para ajudar as entidades a aplicar julgamentos de materialidade às divulgações de políticas contábeis. As alterações visam ajudar as entidades a fornecer divulgações de políticas contábeis mais úteis, substituindo o requisito para as entidades divulgarem suas políticas contábeis "significativas" por um requisito para divulgar suas políticas contábeis "materiais" e adicionando orientação sobre como as entidades aplicam o conceito de materialidade ao tomar decisões sobre divulgações de políticas contábeis. As alterações tiveram impacto nas divulgações de políticas contábeis da Companhia, mas não na mensuração, reconhecimento ou apresentação de itens nas demonstrações financeiras da Companhia. **Imposto Diferido relacionado a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação - Alterações ao IAS 12** - As alterações ao IAS 12 Income Tax (equivalente ao CPC 32 - Tributos sobre o lucro) estreitam o escopo da exceção de reconhecimento inicial, de modo que ela não se aplique mais a transações que gerem diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais, como arrendamentos e passivos de desativação. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. **Reforma Tributária Internacional - Regras do Modelo do Pilar Dois - Alterações ao IAS 12** - As alterações ao IAS 12 (equivalente ao CPC 32 - Tributos sobre o lucro) foram introduzidas em resposta às regras do Pilar Dois da OCDE sobre BEPS e incluem: • Uma exceção temporária obrigatória ao reconhecimento e divulgação de impostos diferidos decorrentes da implementação jurisdicional das regras do modelo do Pilar Dois; e • Requisitos de divulgação para entidades afetadas; a fim de ajudar os usuários das demonstrações financeiras a compreender melhor a exposição de uma entidade aos impostos sobre a renda do Pilar Dois decorrentes dessa legislação, especialmente antes da data efetiva. A exceção temporária obrigatória - cujo uso deve ser divulgado - entra em vigor imediatamente. Os demais requisitos de divulgação se aplicam aos períodos de relatório anual que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2023, mas não para nenhum período intermediário que termine em ou antes de 31 de dezembro de 2023. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia, pois a Companhia não está sujeita às regras do modelo do Pilar Dois, uma vez que a Companhia não se trata de uma multinacional e não possui participação em controladas residentes no exterior, além disso, o Brasil ainda não incorporou em sua legislação tributária as regras do Pilar Dois.

3. Caixa e equivalentes de caixa		
	31/12/2022	31/12/2021
Caixa	1.450	246
Equivalentes de caixa	2.427	4.276
	3.877	4.522

Os equivalentes de caixa correspondem às operações realizadas junto às instituições financeiras que operam no mercado financeiro nacional e possuem baixo risco de crédito, são remuneradas pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) com um percentual médio de 65,3% em 31 de dezembro de 2022 (100% em 31 de dezembro de 2021) e possuem liquidez imediata para utilização nas operações da. Segue abaixo a composição:

Equivalentes de caixa		
	31/12/2022	31/12/2021
Fundos de liquidez imediata	21	4.276
Debêntures compromissadas	2.406	-
	2.427	4.276

**4. Contas a receber de clientes**  
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as contas a receber de clientes possuíam a seguinte composição:

Partes relacionadas		
	31/12/2022	31/12/2021
Contas a receber de clientes	6.144	-
	11.168	657
(-) Ajuste a valor presente	(86)	657
	17.226	657
(-) Provisão para perdas esperadas com contas a receber	-	-
<b>Circulante</b>	<b>17.226</b>	<b>657</b>

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o vencimento do saldo de contas a receber de clientes por idade de vencimento está demonstrado abaixo:

		31/12/2022	31/12/2021
A vencer		15.602	652
Vencidos:			
1 a 30 dias		1.421	-
31 a 60 dias		276	5
61 a 90 dias		13	-
		17.312	657
(-) Ajuste a valor presente		(86)	657
		17.226	657

A política de provisão para perdas esperadas com contas a receber considera as perdas esperadas para

Demonstração dos fluxos de caixa			
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais)			
		31/12/2022	31/12/2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido (Prejuízo) do período		3.963	(5.783)
Ajustes para reconciliar o lucro líquido:			
Depreciação e amortização		2.646	1.804
Valor residual de baixas do imobilizado		1.838	651
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(6.120)	(267)
Constituição de provisão para contingências		221	247
Provisão para perdas de imobilizado		(557)	635
Provisão para perdas de estoque		138	-
Provisão para remuneração pessoal		1.139	-
Ajuste a valor presente			

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(940)	(6.049)
Imposto de renda e contribuição social à taxa nominal (34%)	(940)	(6.049)
Ajustes para cálculo da taxa efetiva:		
Outras exclusões (adições), líquidas	4.583	(1.790)
	4.903	267
Alíquota efetiva	521,6%	4,4%

**9. Direito de uso e passivo de arrendamento**

a) Direito de uso

	Frotas	Imóveis	Total
Taxa média de amortização (a.a.)	41%	14%	
Saldos em 31 de dezembro de 2020	66	-	66
Depreciação	(36)	-	(36)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	30	-	30
Aquisições	-	12.907	12.907
Depreciação	(30)	(307)	(337)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	-	12.600	12.600

b) Passivo de arrendamento

	Frotas	Imóveis	Total
Taxa incremental de empréstimo (média ponderada)	5,33%	16,48%	
Saldos em 31 de dezembro de 2020	68	-	68
Circulante	36	-	36
Não circulante	32	-	32
Juros apropriados	3	-	3
Pagamentos de principal	(40)	-	(40)
Pagamento de juros	(3)	-	(3)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	28	-	28
Circulante	28	-	28
Não circulante	-	-	-
Aquisições	-	12.907	12.907
Juros apropriados	1	329	330
Pagamentos de principal	(28)	(174)	(202)
Pagamento de juros	(1)	(329)	(330)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	-	12.733	12.733
Circulante	-	1.143	1.143
Não circulante	-	11.590	11.590

c) Cronograma de vencimentos do passivo de arrendamento

Vencimentos	31/12/2022	31/12/2021
Menos de 1 ano	3.019	29
Entre 1 e 2 anos	3.019	-
Entre 2 e 5 anos	9.058	-
Acima de 5 anos	5.537	-
Valores não descontados	20.633	29
Ajuste a valor presente	(7.900)	(1)
Total do passivo de arrendamento	12.733	28

d) Provisão para redução ao valor recuperável de ativos (impairment) - A Companhia analisa periodicamente a possibilidade de existência de indicadores de que determinados ativos de direito de uso poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável. Após análise

interna da Administração, o ativo de direito de uso da Companhia não apresentou indício de perda, desvalorização ou dano fixo que pudesse comprometer o fluxo de caixa futuro da Companhia. Dessa forma, a administração não identificou a necessidade de testar esse grupo de ativos ao valor recuperável nos termos da NBC TG 01 (R4) para 31 de dezembro de 2022.

**10. Fornecedores**

	31/12/2022	31/12/2021
Partes relacionadas	12.106	193
Fornecedores nacionais	18.433	4.485
Ajuste a valor presente	(379)	-
	30.160	4.678

**11. Empréstimos e financiamentos**

Modalidade	Taxas médias ponderadas		31/12/2022	31/12/2021
	31/12/2022	31/12/2021		
<b>Circulante</b>				
Capital de Giro	100% do CDI + 2,74% a.a.	100% do CDI + 2,74% a.a.	2.677	2.620
			2.677	2.620
<b>Não circulante</b>				
Capital de Giro	100% do CDI + 2,74% a.a.	100% do CDI + 2,74% a.a.	4.478	7.098
			4.478	7.098
			7.155	9.718
<b>Total de empréstimos e financiamentos</b>				
			7.155	9.718

A movimentação de empréstimos e financiamentos está demonstrada abaixo:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	9.718	10.700
Juros apropriados	1.218	704
Amortização de principal	(2.900)	(982)
Juros pagos	(881)	(704)
Saldo final	7.155	9.718

Os empréstimos e financiamentos têm o seguinte cronograma de vencimentos:

Apropriação	31/12/2022	31/12/2021
Menos de 1 ano	2.677	2.620
Entre 1 e 2 anos	2.620	2.620
Entre 2 e 3 anos	1.858	2.620
Entre 3 e 4 anos	-	1.858
	7.155	9.718

**Garantias** - Para os contratos de Capital de Giro (KGIro Itaú), a garantia oferecida é o aval cruzado entre partes: Brasil Norte Bebidas e Compar - Companhia Paranaense de Refrigerantes. **Cláusulas restritivas** - A Companhia não possui contratos de empréstimos com cláusulas restritivas.

**12. Patrimônio líquido**

a) **Capital social** - Em 31 de dezembro de 2022, o capital social é de R\$27.346 (R\$27.346 em 2021), representado por 22 ações ordinárias e nominativas e 2 ações preferenciais e nominativas. b) **Destinação do resultado do exercício** - De acordo com o Contrato Social da Companhia e, observada a sua Política de Investimento, Dividendos e Financiamento, os lucros terão a destinação determinada pelos sócios representantes da maioria do capital social e os prejuízos serão acumulados para compensação em exercícios futuros. Os sócios participarão dos lucros na proporção de suas respectivas participações no capital social. Adicionalmente, a Companhia poderá levantar balanços semestrais ou intercalares e, com

**Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras**

financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude

pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levar a dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fortaleza, 20 de agosto de 2024. ERNST & YOUNG - Auditores Independentes S/S Ltda. - CRC CE-001042/F. Carlos Santos Mota Filho - Contador CRC PE-020.728/O.

	31/12/2022	31/12/2021
Receita bruta de vendas		
Venda de produtos	41.021	19.754
Revenda de produtos	59.992	248
	101.013	20.002
Deduções da receita bruta		
(-) Deduções e abatimentos de vendas de produtos e revendas	(801)	(61)
(-) Impostos sobre o faturamento	(19.262)	(6.166)
	(20.063)	(6.227)
Receita operacional líquida	80.950	13.775

**14. Outros assuntos**

**Decisão do Supremo Tribunal Federal ("STF") sobre "coisa julgada" em matéria tributária** - Em 08 de fevereiro de 2023, o Plenário do STF concluiu e finalizou o julgamento dos Temas 881 e 885, decidindo, por unanimidade, que uma decisão definitiva, a chamada "coisa julgada", sobre tributos recolhidos de forma continuada, perde automaticamente os efeitos das decisões transitadas em julgado caso exista pronunciamento divergente e contrário, quando ocorrer em controle concentrado ou sob regime de repercussão geral. A Companhia avaliou os efeitos reflexos desta decisão e não identificou processos judiciais impactados pela referida decisão da Suprema Corte, por não possuir decisões judiciais que resultem na supressão de seus tributos, cuja matéria tenha sido, posteriormente, julgada em sentido contrário pela Suprema Corte, em ação de controle concentrado ou sob regime de repercussão geral. Adicionalmente, a Companhia entende que a decisão não possui aplicação direta ou reflexa à Companhia para a data base de 31 de dezembro de 2022 e continua monitorando a evolução do assunto.

**14. Outros assuntos**

**Reforma tributária** - A Câmara dos Deputados aprovou em dois turnos a PEC da Reforma Tributária que visa simplificar o atual sistema brasileiro e transformar cinco tributos em dois: Impostos: um calculado sobre o Valor Adicionado (IVA) e um imposto seletivo (IS). Por 375 votos a favor, 113 contra e 3 abstenções, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 45/2019, foi aprovada em segundo turno em 7 de julho de 2023, estando agora pendente de análise e votação no Senado Federal. A PEC 45/2019 apresenta uma profunda alteração no sistema constitucional tributário e reorganiza os tributos que incidem sobre o consumo, relativos a bens materiais e imateriais, bem como serviços em sentido amplo. Não houve até o momento discussão sobre o texto de lei complementar que deve discorrer sobre alíquotas e regras mais específicas relacionadas ao IVA (imposto sobre valor agregado) e IS (imposto seletivo). Sendo assim, as alterações não representam, até o presente momento, impactos contábeis a serem reconhecidos pela Companhia, que seguirá monitorando as discussões e impactos.

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO** **DIRETORIA**  
**CONTADORA**  
 ANDREZZA DOS SANTOS ROCHA - CPF: 824.243.223-68 - CRC-CE 018783/O-6

Aos Administradores e Acionistas da **Benevides Águas S.A** Fortaleza - CE. **Opinião** - Examinamos as demonstrações financeiras da Benevides Águas S.A. ("Benevides" ou "Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião** - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumpriremos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras** - A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações

Este documento esta firmado por

	<b>Firmante</b>	CN=DIARIOS DO PARA LTDA:04218335000131, O=ICP-Brasil, OU=AC SyngularID Multipla, OU=41367161000103, OU=Videoconferencia, C=BR
	<b>Fecha/Hora</b>	Mon Sep 23 17:34:13 BRT 2024
	<b>Emisor del Certificado</b>	CN=AC SyngularID Multipla, O=ICP-Brasil, OU=AC SyngularID, C=BR
	<b>Numero de Serie</b>	1042652008928646222117167
	<b>Metodo</b>	urn:adobe.com:Adobe.PPKLite:adbe.pkcs7.sha1 (Adobe Signature)
<b>Nota</b>	Certificado por DIARIO DO PARA e publicado em sua plataforma digital. Autenticidade pode ser verificada no QrCode ao lado ou no link: <a href="https://ee.dol.com.br/publicidadelegal">https://ee.dol.com.br/publicidadelegal</a>	